



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E DIREITOS HUMANOS - CECED

Parecer n.º 02 de 15 de Agosto de 2022. (NOVO REGIMENTO)

Projeto de Lei n.º 80/2022 de 11 de Julho de 2022.

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, *“Dispõe sobre a reformulação do Conselho Tutelar do Município de Ubá-MG, e dá outras providências”*.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 44 do Regimento Interno que relata:

“Art. 44. Compete à Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Direitos Humanos, manifestarse, dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

- I - política e sistema educacional e cultural;*
- II - política de desenvolvimento e proteção do patrimônio histórico-geográfico, arqueológico, cultural, artístico, científico e arquivístico;*
- III - assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais e à cidadania;*
- IV - assuntos relativos à família, mulher, criança, adolescente, idoso e grupos sociais minoritários.*
- V - promoção dos eventos municipais;*
- VI - política de promoção da educação física, e do desporto amador em geral;*
- VII - política de incentivo do esporte e sua subvenção;*
- VIII – política de desenvolvimento e incentivo ao turismo;*
- IX – tratar de assuntos relativos aos Direitos Humanos*



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundamentação

Na Constituição Federativa de 1988, descreve no seu artigo 30, inciso I que:

“Art. 30 Compete aos municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)”.

De acordo com a “Cartilha Olho Vivo”, os Conselhos podem ser classificados de acordo com a função que exercem, as quais podem ser de fiscalização, de mobilização, de deliberação ou de consultoria:

“A função fiscalizadora dos conselhos pressupõe o acompanhamento e o controle dos atos praticados pelos governantes. A função mobilizadora refere-se ao estímulo à participação popular na gestão pública e às contribuições para a formulação e disseminação de estratégias de informação para a sociedade sobre as políticas públicas. A função deliberativa, por sua vez, refere-se à prerrogativa dos conselhos de decidir sobre as estratégias utilizadas nas políticas públicas de sua competência, enquanto a função consultiva relaciona-se à emissão de opiniões e sugestões sobre assuntos que lhes são correlatos (CARTILHA OLHO VIVO – CONTROLE SOCIAL E CIDADANIA, 2012, P.21)”

Segundo Gohn (2001):

“Os conselhos são canais de comunicação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos (GOHN, MARIA DA GLÓRIA. CONSELHOS GESTORES E PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA. Cortez Editora, São Paulo, 2001.)



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Em relação aos Conselhos Tutelares, eles são órgãos públicos permanentes e autônomos, representando a sociedade na missão de proteger e defender crianças e adolescentes que tiveram direitos violados ou que estão em situação de risco. É fundamental para ajudar no enfrentamento à negligência, violência e exploração sexual. Além disto, é de responsabilidade do **Conselheiro Tutelar** fortalecer o acesso a direitos previstos pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Em Ubá são cinco conselheiros tutelares fixos, escolhidos por meio de votação.

Antes de falar das reformulações que estão sendo propostas, **é dito no art. 2º que o Conselho Tutelar é um órgão público não jurisdicional, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.** Somado a isto, é dito no art. 3º que o Conselho Tutelar é autônomo no desempenho de suas atribuições legais, não se subordinando aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e nem ao Ministério Público. Em tempo e complementando: No art. 7º é dito que o Conselho Tutelar será supervisionado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, pela autoridade Judiciária e pelo Ministério Público.

Esta relatora destacará, abaixo, alguns pontos dos quais achou interessante durante a análise do Projeto de Lei nº 89/2022 e que se caracterizam como mudanças:

- *Está sendo proposta uma alteração no horário de atendimento ao público, passando a ser de segunda a sexta-feira, de 07 às 17 horas, respeitando a carga horária de 40 horas semanais de cada conselheiro tutelar.*

- *Deixaram claro que a frequência e o cumprimento da escala de trabalho dos conselheiros tutelares, COM JORNADA DE 40 HORAS, serão apurados por meio de registro de presença ou outro meio a critério da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Somado a isto, também estão deixando claro no Projeto de Lei nº 80/2022 que vigorará para os Conselheiros Tutelares OS MESMOS CRITÉRIOS que se estabelecem para os servidores municipais, para os registros de frequência, assim como as justificativas de faltas, atrasos, alterações e outros.*

- *De acordo com o art. 32, o Conselheiro Tutelar receberá uma remuneração correspondente ao nível salarial de um Assessor Especial I da Prefeitura Municipal, que seria de R\$ 3.245,60 (Três mil, duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos). Até a presente data, a remuneração do Conselheiro é de R\$ 2.377,97. Somado a isto, deixou-se claro que o recebimento pecuniário de que trata o caput deste artigo será proporcional aos dias efetivamente trabalhados e informados no registro de frequência, **RESPEITANDO O LIMITE MÁXIMO DE 40 HORAS SEMANAIS.***



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

- No art. 36 são mencionados os deveres do Conselheiro Tutelar e, entre as novas prerrogativas, está: “Zelar pela proteção integral da criança e adolescente no município de Ubá”.

- Sobre o que é necessário para se candidatar ao Cargo de Conselheiro Tutelar, no art. 62 são mencionados: Reconhecida idoneidade moral, **comprovada po certidão negativa cível e criminal, da Justiça Estadual, do atestado de bons antecedentes da Polícia Civil e certidão de quitação eleitoral**; idade superior a vinte e um anos; residir no município de Ubá, entre outros requisitos.

- Estará sendo retirado o que consta atualmente no art. 65, que é: “São impedidos de se inscreverem no processo de escolha subsequente, os cidadãos que exerceram a função de conselheiro tutelar, de forma consecutiva, superior a um mandato e meio, exceto os empossados em 2013, de acordo com a resolução 152/2012, art. 2º, V, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente”.

- Em relação ao dia da votação, também houve alteração: Não será permitida no local onde se der a votação e na distância de até **500 metros** de suas imediações, propaganda dos candidatos. Atualmente esta distância é de até **100 metros**.

Esta relatora chama a atenção para o fato de que, segundo dito na Mensagem nº 56/2022, anexa ao Projeto de Lei nº 80/2022, esta reformulação no Conselho tem como objetivo modernizar a lei de regência do Conselho Tutelar Ubaense, adequando-a as resoluções presentes do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e outras normas, entre elas: Processo Eleitoral da Escolha dos Conselheiros, regras sobre horário de trabalho, plantões presenciais e de sobreaviso e, por fim, melhoria na remuneração.

Segundo consta na mensagem nº 56, estas alterações são fruto de estudo de diversos setores e se adequam a uma recomendação do Ministério Público de Minas Gerais.

Entre os documentos apresentados juntos ao Projeto de Lei nº 80/2022, consta a Declaração do Ordenador da Despesa e também a Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro em relação aos custos deste reajuste para os Conselheiros Tutelares. Abaixo segue o gráfico apresentado e uma análise mais detalhada sobre os valores:





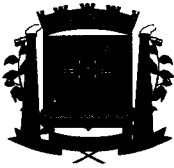
Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ-MG

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	VALORES PREVISTOS JÁ INCLUSO ENCARGOS E PROVISÕES		
	2022	2023	2024
Estimativo de impacto orçamentário para aumento remuneração salário dos conselheiros tutelares conforme artigo 32 do Projeto de Lei	18.271,04	19.184,60	20.143,90
PREMISSAS: Tomou-se como base o valor mensal do total dos salários dos conselheiros tutelares, multiplicando-se pelo numero de meses do exercício, incluindo 13ºsalário.			
METODOLOGIA DE CÁLCULO: Aplicou o percentual estimado de 5,00% sobre o valor bruto da folha de pagamento para os exercícios de 2023 e 2024, como também na receita corrente líquida, chegando-se ao valor previsto para anos subsequentes.			
ANÁLISE DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO: Registre-se que os índices de gastos com pessoal estimados para os 3 anos subsequentes será de 45,82 para 2022; 46,10 para 2023 e 47,20% para 2024, conforme projeção do índice. Assim, demonstra-se que o Orçamento Municipal suportará perfeitamente as medidas ora propostas. Tanto mais porque o reajuste dos conselheiros tutelares, foi para adequar a legislação vigente. Os valores dispêndidos no pagamento dos salários dos conselheiros tutelares, serão compensados pela efetiva cobrança da dívida ativa tributária, como também do aumento da receita tributária do Município e economia nas compras e licitações do Município. E, nos exercícios subsequentes, também projeta-se incremento da cobrança do IPTU através do recadastramento imobiliário e aumento nas receitas de ISSQN através da intensificação da fiscalização do Município			
ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO			
Ubá-MG, 01 de Julho de 2022			
 CÍCERO MATEUS DE OLIVEIRA SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS MUNICÍPIO		 MARCELO CORREA PAIVA CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO	



Câmara Municipal de Ubá
ESTADO DE MINAS GERAIS

Conclusão

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei n.º 80/2022.

Ubá, 15 de Agosto de 2022.



JANE CRISTINA LACERDA PINTO
RELATORA

MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):



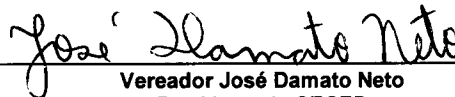
Aprovado



Rejeitado

Por: _____

Em: ____/____/____



Vereador José Damato Neto
Presidente da CECEd